



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
CONFERE

**RESOLUCAO Nº 2.178/2025 - CONFERE**

Dispõe sobre a concessão de auxílio-saúde, sob a forma de reembolso, aos empregados do Confere.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso das atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 2.154/2025 - Confere, regulamenta a assistência à saúde pelas Entidades integrantes do Sistema Confere/Cores;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, parágrafo único, do citado normativo, estabelece que o auxílio-saúde, na forma indenizatória, será concedido por meio de ressarcimento de 40% (quarenta por cento) a 95% (noventa e cinco por cento) do valor mensal pago pelo empregado, ou, se a importância paga pelo empregado for superior ao valor máximo fixado em tabela própria para a sua faixa etária, o percentual supracitado incidirá sobre a importância tabelada;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º da mesma norma afirma que caberá a cada Entidade do Sistema Confere/Cores normatizar as modalidades de assistência à saúde dos seus empregados, observadas as regras constantes daquela Resolução;

**CONSIDERANDO** o que ficou decidido pelo Plenário do Confere, em reunião realizada nesta data,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** O benefício de auxílio-saúde para o custeio de plano médico-hospitalar ou seguro saúde será realizado na forma de reembolso, mediante requerimento dos empregados do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, que comprovarem a contratação particular desses serviços.

**Art. 2º.** O auxílio-saúde será concedido aos:



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
CONFERE**

**I** - empregados ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente de pessoal do Confere;

**II** - ocupantes de cargos em comissão;

**III** - empregados cedidos temporariamente por entidades do Sistema Confere/Cores, enquanto estiverem em exercício no Confere, caso deixem de receber benefício semelhante em sua entidade de origem, em razão da cessão.

**Art. 3º.** O auxílio-saúde terá caráter assistencial e natureza indenizatória, não integrando a remuneração para efeitos de encargos sociais e previdenciários.

**§ 1º.** O auxílio-saúde, por meio de reembolso, será concedido independentemente da modalidade do plano ou seguro contratado pelo empregado e será realizado mensalmente, no 1º dia útil do mês subsequente, mediante transferência bancária, com recibo individualizado.

**§ 2º.** No caso de o empregado estar incluído em plano familiar, coletivo por adesão, ou empresarial, o reembolso contemplará a parcela referente somente ao empregado, conforme discriminado no comprovante de pagamento do plano, dentro da faixa etária em que estiver enquadrado.

**§ 3º.** Nas hipóteses previstas no § 2º deste artigo, o beneficiário deverá, obrigatoriamente, apresentar documento hábil que comprove que o pagamento do respectivo plano de saúde foi efetuado diretamente pelo empregado ou reembolsado pelo mesmo ao pagador de fato.

**§ 4º.** Na impossibilidade de o empregado comprovar mensalmente a despesa com o plano de saúde, em razão de suas características ou modalidade de pagamento, o reembolso será anual, contemplando as despesas realizadas no período, mediante a apresentação do competente documento emitido pela empresa que recebeu os valores pagos pelo titular do plano.

**Art. 4º.** O ressarcimento será no montante de 95% (noventa e cinco por cento) do exato valor pago pelo empregado, ou, se a importância paga pelo empregado for superior ao preço máximo fixado para a sua faixa etária no Anexo Único desta Resolução, o percentual supracitado incidirá sobre a importância tabelada.

**Art. 5º.** O auxílio contemplará somente o valor do plano ou seguro saúde do empregado, não se estendendo aos seus dependentes.



## CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

**Art. 6º.** Os valores previstos na tabela poderão ser atualizados, por deliberação da Diretoria-Executiva do Confere, em ato próprio.

**Art. 7º.** Para a manutenção do benefício, é obrigatória a comprovação mensal ou anual pelo empregado, ou quando solicitado pelo Setor de Recursos Humanos, das despesas realizadas com o pagamento da mensalidade referente ao mês ou ano anterior do plano ou seguro de assistência à saúde por ele contratado.

**§ 1º.** Os empregados deverão apresentar ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a comprovação do pagamento da mensalidade, independentemente da data de sua adesão.

**§ 2º.** No caso de o vencimento do plano ou do seguro saúde ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês de sua competência e o beneficiário efetuar a apresentação do comprovante do pagamento da mensalidade até a referida data, o reembolso correspondente será efetuado na forma do artigo 3º, § 1º, desta Resolução.

**§ 3º.** A não apresentação do comprovante de pagamento do plano ou seguro saúde, no prazo fixado no § 1º, implicará em suspensão do reembolso da despesa, fixando-se o limite de 60 (sessenta) dias para saneamento da omissão, sob pena da perda do direito ao ressarcimento.

**Art. 8º.** Nas hipóteses de afastamento definitivo, tais como exoneração, demissão, aposentadoria e cessação da disponibilização ao Confere, a extinção do benefício ocorrerá a partir da data do afastamento do empregado.

**§ 1º.** O empregado em auxílio-doença, concedido pelo órgão previdenciário em razão da incapacidade física temporária para o exercício da atividade profissional, fará jus ao benefício pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, assim como nos casos de licença maternidade.

**§ 2º.** Não será concedido o benefício ao empregado em licença não remunerada, enquanto perdurar a situação.

**Art. 9º.** O recebimento indevido do benefício mediante fraude ou emprego de qualquer outro meio ilícito, implicará a devolução aos cofres do Confere do total indevidamente auferido, mediante desconto em folha de pagamento ou



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
CONFERE**

outro meio cabível, além do procedimento administrativo disciplinar e outras medidas cíveis e criminais cabíveis.

**Art. 10.** O auxílio-saúde poderá ser suprimido a qualquer tempo pelo Confere, sem ônus e aviso prévio, uma vez que não possui natureza salarial.

**Art. 11.** Os casos omissos serão definidos pela presidência do Conselho Federal dos Representantes Comerciais.

**Art. 12.** Ao aderirem ao auxílio-saúde na forma de reembolso, os empregados declaram concordar expressamente com os termos da presente Resolução.

**Art. 13.** Esta Resolução entra em vigor em 1º de fevereiro de 2026.

**Art. 14.** A partir do início da vigência desta Resolução, fica revogada a Resolução nº 2.016/2022 – Confere.

Brasília, 12 de dezembro de 2025.

Archimedes Cavalcanti Júnior  
Diretor-Presidente



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS  
CONFERE**

**ANEXO ÚNICO**

Valores limites mensais para incidência do reembolso de 95% (noventa e cinco por cento) aos empregados pelas despesas com assistência-saúde:

<b>Faixas de Idade</b>	<b>Valor por Faixa</b>
14 a 23	R\$ 609,97
24 a 28	R\$ 677,89
29 a 33	R\$ 745,79
34 a 38	R\$ 818,97
39 a 43	R\$ 949,52
44 a 48	R\$ 1.017,44
49 a 53	R\$ 1.085,36
54 a 58	R\$ 1.355,77
Acima de 59	R\$ 1.627,40